

830 milhões de trabalhadoras no mundo não têm proteção durante licença-maternidade

(Rádio ONU, 13/05/2014) Dado é da Organização Internacional do Trabalho; em 119 países, não há garantia de licença paga, de intervalos para amamentação ou do direito de retornar ao trabalho após a licença.

[Leia também: Políticas anti-crise em países desenvolvidos melhoraram proteção à maternidade \(Agência Brasil, 13/05/2014\)](#)

A Organização Internacional do Trabalho, OIT, divulgou o relatório [“Maternidade e Paternidade no Trabalho: Lei e Prática ao Redor do Mundo”](#) [no link, em inglês].

O documento revela que 830 milhões de mulheres ainda não têm proteção adequada, previstas em três convenções internacionais sobre maternidade.

Aleitamento

A OIT avaliou a situação em 185 países, sendo que 119 deles não assinaram nenhum dos três acordos. As convenções estipulam a prevenção da exposição de riscos à saúde durante a gravidez e o aleitamento materno.

Além disso, as mães trabalhadoras devem ter o direito de receber licença remunerada; ter intervalos no trabalho para amamentar seus bebês; proteção contra discriminação relacionada à maternidade e garantia de retornar ao trabalho após a licença.

Uma das autoras do estudo da OIT, Laura Addati, revelou que a falta de proteção em vários países continua sendo o maior desafio. O padrão estipulado pela agência para a licença-maternidade é de 14 semanas.

Discriminação

O relatório cita avanços: apenas três países não fornecem benefícios em

dinheiro durante a licença e 20 nações não têm proibições explícitas contra a discriminação de funcionárias grávidas ou em licença.

Das 830 milhões de trabalhadoras sem proteção, 80% vivem na África e na Ásia, sendo autônomas, migrantes, domésticas, agricultoras, indígenas e funcionárias temporárias as mais afetadas.

Pais

Já o direito à licença-paternidade é respeitado em 78 países, principalmente nas nações desenvolvidas, na África, no leste da Europa e na Ásia Central. A OIT considera um avanço, porque em 1994, apenas 40 países reportaram garantir o direito à licença-paternidade.

Segundo o relatório, a crise econômica mundial de 2008 foi o argumento utilizado por vários países para aumentar a discriminação materna.

Portugal e Itália são citados como exemplo, onde trabalhadores recém-contratados teriam sido obrigados a assinar um documento que prevê demissão em caso de gravidez ou responsabilidades familiares.

Acesse no site de origem: [830 milhões de trabalhadoras sem proteção durante licença-maternidade \(Rádio ONU, 13/05/2014\)](#)

Brasil é o principal destino do turismo sexual na América Latina

(Repórter Brasil, 09/05/2014) Às vésperas da Copa do Mundo, o Ministério do Turismo tenta combater esse tipo de crime

[Leia também: Agência Pública lança reportagem em quadrinhos sobre exploração sexual infantil durante a Copa \(Adital, 12/05/2014\)](#)

[Acesse no site de origem: Brasil é o principal destino do turismo sexual na América Latina \(Repórter Brasil, 09/05/2014\)](#)

Mortalidade materna cai 43% no Brasil entre 1990 e 2013, diz OMS

(BBC Brasil, 06/05/2014) O Brasil registrou uma queda de 43% na proporção de mortes de mulheres vítimas de complicações durante a gravidez ou o parto entre 1990 e 2013, em linha com a redução da mortalidade materna no mundo.

Os dados constam de um novo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado nesta terça-feira.

No período, a taxa de mortalidade caiu de 120 mães por 100 mil nascidos vivos, em 1990, para 69 mães por 100 mil nascidos vivos em 2013 – os últimos dados disponíveis.

Uma tendência similar foi observada no mundo. Nas últimas duas décadas, a proporção de mortes de mulheres por complicações durante a gravidez ou o parto teve queda de 45%, passando de 380 mães por 100 mil nascidos vivos para 210 mães por 100 mil nascidos vivos.

Segundo a OMS, em 2013, ocorreram 289 mil mortes desse tipo. Desse total, 62%, ou 179 mil mortes, foram registradas na região da África Subsaariana, seguida pelo Sul da Ásia, com 24%.

Juntos, dois países respondem por um terço dos óbitos de mulheres gestantes

ou no parto no mundo em números absolutos: a Índia, com 17% (50 mil), e a Nigéria, com 14% (40 mil).

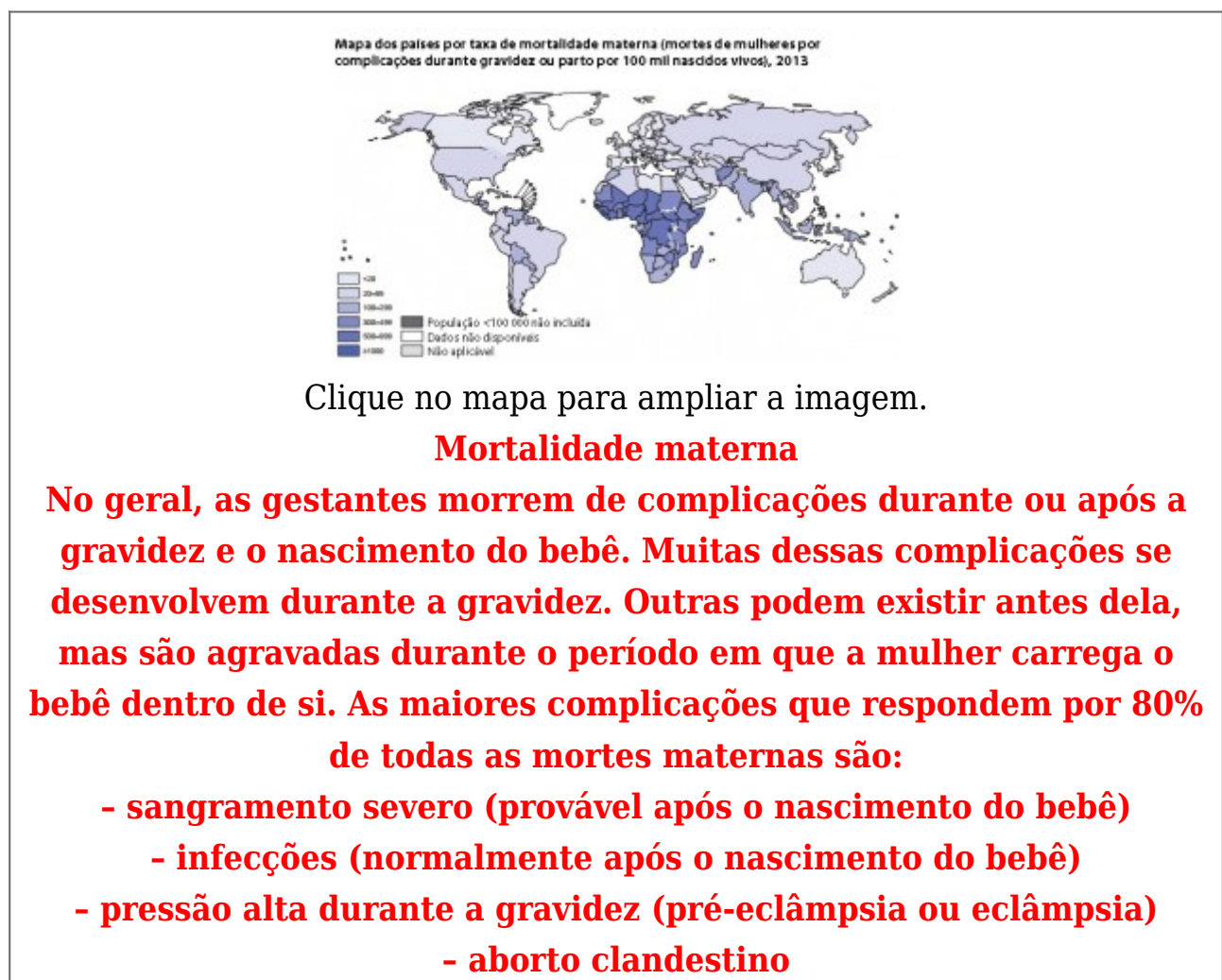
Por outro lado, proporcionalmente, Serra Leoa lidera a lista, com 1,1 mil mortes de mães por cada 100 mil nascidos vivos, seguida do Chade (980); República Centro-Africana (880), Somália (850) e Burundi (740).

Ricos x pobres

O relatório também destaca que a mortalidade nos países em desenvolvimento (230) é 14 vezes maior do que a das regiões desenvolvidas (16).

Além disso, o risco de que a mulher morra durante o parto ou gravidez também é superior nas regiões mais pobres do globo.

Se nos países ricos, a estimativa é de que uma mulher morra a cada 3,7 mil, nos países em desenvolvimento, essa proporção é de 1 a cada 160.



Casos de sucesso

Apesar de elogiar o esforço dos governos em diminuir a mortalidade materna, a OMS lembra, no entanto, que nem todos os países devem conseguir cumprir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, um conjunto de compromissos adotados em 2000 para melhorar o destino da humanidade.

Um deles se referia à saúde da mulher e estipulava uma diminuição de 75% entre 1990 e 2015 na taxa de mortalidade de mulheres durante gravidez ou parto.

Belarus (queda de 96%) Maldivas (-93%) e Butão (-87%) são os países que lideraram a queda desse tipo de mortalidade entre 1990 e 2013.

Segundo a OMS, embora o ritmo do declínio no período tenha sido mais lento quando comparado com períodos anteriores, uma análise dos dez países que mais obtiveram progresso mostra “um padrão nas estratégias conduzidas pelos governos”, como, por exemplo, novos procedimentos de parto.

Em Ruanda, um dos países mais pobres da África, o governo instruiu profissionais de saúde pública e voluntários para priorizar os casos mais urgentes da população, acrescenta o relatório.

“Ao mesmo tempo, o país investiu em uma visão de longo prazo para construir uma força de trabalho de saúde e manter as escolas de profissionalização abertas, ainda que financiadores externos não vissem isso como uma prioridade e apesar do baixo número de professores”, diz um trecho do estudo.

Além disso, o rápido desenvolvimento de terapias antirretrovirais na década passada em regiões que concentram grande número de soropositivos contribuiu fortemente para a redução da mortalidade materna, conclui a OMS.

Acesse no site de origem: [Mortalidade materna cai 43% no Brasil entre 1990 e 2013, diz OMS \(BBC Brasil, 06/05/2014\)](#)

Brasil tem apenas 12% de prefeitas, apesar de avanços na década

(Último Segundo, 30/04/2014) Mulheres comandam apenas 675 prefeituras do País, enquanto os homens controlam a maioria das cidades (4.895)

Apesar de estarem ganhando mais espaço na sociedade e de o Brasil ter uma mulher à frente do Executivo Federal, a inserção feminina na política não se repete nas esferas municipais. As mulheres são prefeitas de apenas 12% das cidades do País, segundo [pesquisa Munic](#), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado nesta quarta-feira (30), sobre a situação de todos os 5.570 municípios do Brasil.

Segundo o IBGE, as mulheres estão à frente de 675 prefeituras do País. Apesar da baixa quantidade de prefeitas, esse número dobrou em relação à mesma pesquisa realizada em 2001, quando apenas 6% das cidades tinham uma mulher à frente do Executivo.

A pesquisa aponta que as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste são as que têm mais mulheres no Executivo Municipal proporcionalmente em relação aos homens. Segundo o IBGE, o Nordeste tem 295 prefeitas em 1.794 cidades (16,44% do total da região). A região Norte tem 57 das 450 prefeituras comandadas por mulheres (12,66%). Na região Centro-Oeste são 54 prefeitas (11,56%) em 467 cidades.

A região Sudeste tem 170 prefeitas em 1.668 cidades (10,19% do total) e a Sul tem apenas 8,3% (99) das 1.191 cidades chefiadas por mulheres.

Entre os Estados, o Rio Grande do Norte e a Paraíba são os que apresentam maiores percentuais de prefeitas com 18,7% e 17,4%, respectivamente. Por

outro lado, o Acre não tem mulheres à frente de prefeituras.

O Rio Grande do Sul, que tem apenas 37 cidades que elegeram prefeitas, ou seja, 7,44% de um total de 497, e Santa Catarina, que tem prefeitas em apenas 23 cidades - 7,79% do total de 295-, são os Estados com os menores percentuais de mulheres à frente do Executivo Municipal.

Ainda de acordo com a pesquisa, as mulheres têm maior participação em cidades com populações menores, entre 12% e 14% para aqueles com até 50 mil habitantes, quando começa a decair esta proporção, situando-se em 3% nas cidades com mais de 500 mil habitantes.

Idade e escolaridade

A pesquisa também indicou que as prefeitas são ligeiramente mais jovens que os homens. A idade média deles se manteve estável entre 2005 e 2013, em 48 anos, e a delas está em torno de 47 anos.

Quanto à instrução, mudanças significativas ocorreram, segundo a pesquisa, no período de 2001 a 2013, no que se refere à escolaridade dos prefeitos em geral. Neste período, houve um aumento de 50% dos gestores que têm curso superior (ou mais) completo ou incompleto - passando de 40% em 2001 para 60% em 2013. A pesquisa indicou ainda que entre os 762 gestores que têm pós-graduação, 20% são mulheres.

Enquanto o percentual de prefeitos e prefeitas que alcançaram o ensino médio (completo ou não) oscila em torno dos 30% no período de 2001 a 2013, o percentual daqueles com o curso fundamental teve queda de 28% para 10%. “Assim, seja pela maior qualificação dos candidatos, seja pela maior exigência dos eleitores, ou por ambos os motivos, observa-se maior escolarização geral para este cargo executivo no País”, diz a pesquisa.

A pesquisa indicou ainda que as prefeitas representam 18% de todos os executivos municipais na faixa de 19 a 30 anos. Ainda de acordo com o IBGE, esse percentual vem caindo entre todas as faixas até chegar aos 9% entre aqueles com 61 anos ou mais.

Acesse no site de origem: [Mulheres são prefeitas de apenas 12% das](#)

No Brasil, tentam demonizar regulamentação da mídia, diz Franklin Martins

(Opera Mundi, 14/04/2014) No primeiro episódio da segunda temporada da Aula Pública Opera Mundi, o ex-ministro da Secom (Secretaria de Comunicação Social), Franklin Martins, critica grupos econômicos que tentam frear a discussão sobre regulamentação dos meios de comunicação.

“No mundo inteiro, há regulamentação para evitar concentração e manipulação. No Brasil, porém, sempre que se tenta um projeto para debater a questão, os grupos de comunicação dizem que é censura e tentam demonizar o assunto. Isso é só uma tentativa de interditar um tema vital para o país: democratização da mídia”, critica Franklin.

O programa Aula Pública é uma parceria de Opera Mundi e TV Unesp, que transmite o programa hoje (14) às 20h30 no canal 45 UHF / canal 46.1 HD de Bauru e também no portal www.tvu.unesp.br

Assista ao primeiro bloco do programa:

No segundo bloco, Franklin Martins fala sobre a “Lei de Meios” da Argentina em comparação com a legislação brasileira. “O Brasil precisa desesperadamente de regulação dos meios eletrônicos de comunicação. Mas nós não somos a Argentina e precisamos da nossa lei, com as nossas características”, analisa.

Assista ao segundo bloco do programa:

O ex-ministro também defende que a regulamentação da mídia não fere a liberdade de imprensa. “Os grupos de comunicação confundem liberdade de imprensa com liberdade de empresa”, afirma.

No terceiro bloco, Franklin Martins revela preocupação com a dificuldade de promover debate sobre regulamentação dos meios de comunicação. “Grupos econômicos satanizam e intimidam quem trabalha pela regulamentação”.

Acesse o site de origem: [No Brasil, tentam demonizar regulamentação da mídia, diz Franklin Martins](#)

Parlamento Europeu vota pela neutralidade de rede

(O Estado de S. Paulo, 03/04/2014) O Parlamento Europeu aprovou nesta quinta-feira, 3, uma reforma no setor de telecomunicações da União Europeia eliminando a cobrança de roaming para chamadas, mensagens de texto e tráfego de dados. O texto ainda exige o respeito ao conceito de neutralidade de rede e definiu que tipo de serviços “especializados” podem receber tratamento diferenciado pelos provedores de conexão.

Assim como se propõe o Marco Civil da Internet no Brasil, o conjunto de medidas, aprovado sob a campanha “Continente Conectado” (#ConnectedContinent), determina uma série de princípios que garantem a internet aberta e direitos aos usuários de internet da região.

A regra que impede a cobrança de roaming é um exemplo, que deve começar a valer a partir de 15 de dezembro de 2015. O objetivo da mudança é

garantir que consumidores de planos de telefonia celular possam ser cobrados da mesma maneira ao trafegar pelos diferentes países da UE.

“É disso que a União Europeia se trata: eliminar barreiras para tornar a vida [de seus cidadãos] mais fácil e menos cara”, disse Neelie Kros, presidente de uma comissão no Parlamento responsável por temas digitais e principal defensora da reforma. “Eu estou muito feliz que agora estamos a um passo de acabar com as cobranças de roaming e entregar a neutralidade de rede a todos os europeus”, diz. “Este é um dia histórico para a internet aberta.”



Parlamentar Neelie Kroes. FOTO: Reprodução/Flickr/Creative Commons

O texto, apesar de aprovado pelos atuais membros do Parlamento Europeu, deve passar por uma nova votação assim que novos congressistas assumirem seus postos em maio. Depois disso, a reforma deve ainda ser aprovada pelo legislativo de cada país membro.

Rede neutra

A nova lei definiu a neutralidade como sendo o princípio sob o qual “todo tráfego de internet é tratado de forma igual, sem discriminação, restrição ou interferência, independente do emissor, receptor, tipo, conteúdo, dispositivo, serviço ou aplicação”. O texto ainda proíbe provedores de conexão de bloquear conteúdos por tipo. Tal prática já foi denunciada em 2012 pelo BEREC, uma espécie de Anatel europeia, que relatou ter constatado a discriminação de serviços de voz por IP, como o Skype. Além de ser um serviço que consome muita banda larga, aplicações deste gênero são uma alternativa “gratuita” (já que é preciso se ter acesso à internet) ao principal negócio das operadoras: as chamadas de voz.

A redação anterior previa que “serviços especializados” poderiam ter tráfego privilegiado. Acatando uma emenda recentemente proposta por um grupo de partidos, entre eles o Pirata (encabeçado por Amelia Andersdotter), o texto passou a especificar que tipo de serviços seriam esses.

“Serviços especializados são serviços de comunicação eletrônica otimizados

para um conteúdo específico, aplicações ou serviços, ou uma combinação destes” que ofereçam funcionalidades que “exigem melhor qualidade (...) e isso não é comercializado ou utilizado como um substituto ao serviço de acesso à internet”.

Isso implica que serviços como Netflix, que consomem muita banda larga, podem ter tratamento diferenciado, pagando por isso, desde que o usuário e o serviço de internet contratado por ele não sejam afetados.

Os casos de exceção à neutralidade, que aqui no Brasil (segundo o Marco Civil) deverá seguir orientação da Anatel e do Comitê Gestor da Internet, foram reduzidos e são permitidos apenas seguindo uma determinação judicial para preservar a “integridade e segurança da rede” ou “prevenir ou minimizar os efeitos do congestionamento temporário” da rede. Mesmo assim, tais medidas devem ser “transparentes, não discriminatórias, proporcionais e necessárias”.

Acesse o PDF: [Parlamento Europeu vota pela neutralidade de rede](#)

Metade das trabalhadoras da América Latina têm emprego informal

(El País, 01/04/2014) Quantas vezes você comprou qualquer coisa na rua ou lhe limparam os vidros do carro enquanto aguardava em um semáforo?

Seja qual for sua resposta, a probabilidade de que tenha visto pessoas ganhando a vida nas ruas da América Latina é muito alta: o número de

trabalhadores informais é gigantesco, nada menos que quase a metade da força trabalhadora da região ou 130 milhões de pessoas. Pese a que a informalidade caiu significativamente (de 65% em 2000 para 47.7 % hoje), o cenário não deixa de ser preocupante.

Esta situação implica, além de uma menor arrecadação de impostos e uma trava para a produtividade dos países, que o grosso destes trabalhadores não contribuem com um sistema de pensões e estão desprotegidos, por exemplo, caso qualquer eventualidade médica aconteça. A informalidade, segundo os especialistas, supõe uma trava para as economias latino-americanas, cuja produtividade é afetada pelo fenômeno.

A modo de comparação, nos países da Europa do Leste este grupo representa ao redor de 12% dos trabalhadores e na África Subsaariana, ao redor de 72%, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Trabalhadoras informais em Lima, Peru. Foto: JULIO CÉSAR CASMA (B.M.)

Quem são os trabalhadores informais?

Os especialistas coincidem em destacar dois grupos diferenciados: aqueles

que, ao não encontrar empregos atrativos, optam por trabalhar por conta própria e decidem excluir-se dos benefícios do estado; e os que não conseguem conseguir um trabalho dentro do circuito da formalidade, majoritariamente por causa de seu nível de estudos. O denominador comum em ambos os casos costuma ser que trabalham em pequenas e médias empresas.

Dentro do primeiro grupo está Lydia, de Lima, que se dedica à venda de roupa por internet. “Meus rendimentos neste negócio não são muito altos, e se fizesse os processos formalmente não me compensaria”.

De fato, uma pesquisa do Banco Mundial revela que a maioria dos trabalhadores informais por conta própria escolheu esta opção voluntariamente, alegando necessidades individuais, geralmente em busca de flexibilidade e independência, tais como melhores horários de trabalho. Um fator determinante é também a percepção de que os benefícios do Estado são insuficientes. De todas formas, em média, um terço deles disseram que prefeririam um trabalho assalariado.

“A falta de flexibilidade associada aos empregos formais e o escasso valor atribuído aos serviços oferecidos pelo estado faz com que alguns trabalhadores optem pela informalidade”, explica Julián Messina, economista do Banco Mundial.

Países com mais informalidade

A informalidade trabalhista na América Latina não se distribui de forma homogênea. Em países com uma alta renda per capita como a Argentina, o Uruguai, o Brasil, o Panamá ou o Chile é substancialmente menor que na América Central, onde pode chegar a 70,7% dos trabalhadores, como no caso de Honduras, segundo a OIT.

Quanto à composição de gênero, 45% dos homens e 50% das mulheres trabalham em condição informal. Paralelamente, afeta 56% dos jovens de 15 a 24 anos.

Na última década a América Latina criou 35 milhões de novos postos de trabalho e a participação das mulheres na força trabalhista se incrementou

gradualmente. Estes lucros fizeram com que a região tivesse uma taxa de desemprego (6,5% em 2012) muito menor que a de alguns países europeus, e similar à dos Estados Unidos. No entanto, esta importante criação de empregos só veio acompanhada de uma pequena melhoria na formalização.

Grande parte disto tem a ver com que as médias e grandes empresas inovam pouco e, ao ser pouco dinâmicas, geram pouco emprego de qualidade, explica um recente estudo do Banco Mundial.

Ante esta falta de bons empregos, muitos latino-americanos optam por abrir pequenos negócios, que têm um escasso potencial de crescimento. Isto implica que a região não está conseguindo aproveitar ao máximo a capacidade produtiva de sua força de trabalho.

O que fazer?

“Para reverter esta situação é necessário gerar condições para que as empresas cresçam, e possam assim oferecer mais empregos de qualidade”, explica Messina.

O especialista argumenta que, ao incluir mais trabalhadores dentro dos circuitos do emprego formal, os países da região criariam o espaço necessário para melhorar a qualidade dos sistemas de pensões, saúde e infraestrutura.

Neste sentido, vários países iniciaram reformas fiscais para aplacar a informalidade trabalhista. Colômbia, por exemplo, está mudando os incentivos para a contratação informal, e tornando os contratos formais mais atrativos através de, por exemplo, redução a impostos na folha de pagamento.

**Robert Valls é produtor on-line do Banco Mundial*

Acesse o PDF: [Metade das trabalhadoras da América Latina têm emprego informal](#)

AL: terreno fértil para discutir direitos e liberdades fundamentais na web

(O Estado de S. Paulo, 29/03/2014) Adiada diversas vezes desde 2011, a discussão sobre o Marco Civil da Internet finalmente saiu da gaveta dos parlamentares que, na terça-feira, passaram o PL 21626/11, a “carta” com princípios e garantias, direitos e deveres na rede, em votação simbólica. Enquanto o texto caminha para o Senado, Jérémie Zimmermann caminha por Bogotá.

Fora dos bastidores da política brasileira, Zimmermann, ativista francês e coautor de Cypherpunk (Boitempo) com Julian Assange, Jacob Appelbaum e Andy Müller-Maguhn, destaca a América Latina como terreno fértil para discussões mais vibrantes sobre os direitos na sociedade digital – incluída aí a tal neutralidade da rede, expressão intensamente googlada nos últimos dias. “Neutralidade é a universalidade da internet. Quer dizer que todo mundo deve ter acesso a tudo”, define. “Uma ‘Constituição’ própria para a internet? Não sei se é preciso. Afinal, já temos um conjunto de princípios universais. É a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessa linha, não vejo tanta distinção entre o mundo online e o offline atualmente. É um mundo só”, redefine.

A Zimmermann interessa o teor humano da tecnologia: “Não podemos pensar a tecnologia só por parâmetros econômicos, políticos, técnicos. Devemos pensar em termos de humanidade”.



Após quase três anos engavetado, o PL 21626/11 foi aprovado na Câmara. Agora

vai ao Senado Foto: Dida Sampaio/Estadão

Fundador e porta-voz do movimento La Quadrature du Net, o ativista se considera um cidadão do mundo, com passaporte francês, vivendo entre aeroportos, conferências e hotéis. Nos últimos tempos, visitou Assange na embaixada equatoriana em Londres, conferiu o projeto Flok Society, em Quito, e o HackBo, em Bogotá. Dias antes de desembarcar em São Paulo, para a CryptoParty e depois para a Conferência Internacional sobre Governança Global da Internet, Jérémie Zimmermann deu esta entrevista ao Aliás.

Após quase três anos de discussões, parlamentares brasileiros aprovaram o Marco Civil da Internet na semana passada. Uma questão simples: por que é importante para um país ter uma legislação específica para a internet?

Nós precisamos garantir direitos e liberdades fundamentais no mundo online. Atualmente, muitos desses direitos, como a liberdade de expressão, estão sendo intensamente desrespeitados, tanto por companhias quanto por governos, mediante restrições comerciais e tecnológicas de acesso. As companhias restringem a internet a partir de interesses comerciais - exemplo clássico acontece quando Google e YouTube aceitam pedidos da indústria cultural para retirar automaticamente certos conteúdos que não lhes agradam por razões financeiras; assim, eles estão limitando a liberdade de expressão. Nos últimos 15 anos, as forças políticas também estão tentando jogar esse jogo, por vezes restringindo e controlando as comunicações na internet - e desrespeitando a privacidade, como vimos no caso da NSA. Por isso, é importante que os países possam contar com uma carta para legislar e garantir a neutralidade da rede, marcar os direitos fundamentais para todos. Nessa linha, não vejo tanta distinção entre o mundo online e o offline atualmente. É um mundo só.

Quão avançada está essa discussão em outros países?

Seria difícil ensaiar um balanço da discussão em âmbito mundial, mas abordarei alguns bons exemplos. Alguns países estão avançando

principalmente na discussão sobre a neutralidade da rede. Neutralidade é a universalidade da internet. Quer dizer que todo mundo conectado à internet deve ter acesso a tudo na internet - e pode participar de tudo que quiser. É uma oportunidade aberta para a cultura, a economia e a sociedade. A Holanda foi o primeiro país a estabelecer a neutralidade da rede como lei, em 2011. Depois vieram as experiências de Chile, Eslovênia, Peru. Acredito que o Marco Civil foi idealizado mesmo antes de esses países assinarem suas leis - e não sei por que ficou tanto tempo em discussão. Na América Latina especialmente, vejo uma consciência maior sobre a importância da discussão. Aqui estão as discussões mais vibrantes sobre essas questões tão atuais. Sem esquecer o Equador, que agora aposta no projeto Flok Society, que está muito além de apenas proteger as liberdades na rede, mas pretende pensar uma transição do capitalismo para uma economia social para compartilhar conhecimento com culturas e softwares livres. E sem esquecer o Brasil, já que a presidente Dilma Rousseff foi a única a peitar Barack Obama nas Nações Unidas, após o estouro do escândalo Edward Snowden. Na Europa, estamos prestes a passar por um momento crucial sobre a regulação das telecoms no Parlamento. Por um lado, poderemos conquistar medidas legais para proteger a liberdade de expressão e a neutralidade da rede. Por outro, a depender do teor do texto, poderemos ver instituída uma falsa neutralidade cujas brechas permitirão às operadoras discriminar as comunicações online e usar essas informações para o mercado. Isso será discutido no dia 3 de abril. O timing mostra como a questão é atual. É o momento para mostrar se os europeus estão acompanhando os avanços de outros países, como o Brasil. Nossos parlamentares vão resistir às pressões do lobby das telecoms? Vão honrar seus compromissos com as liberdades fundamentais? Essas decisões políticas têm força simbólica, mas não é hora de cantar vitória ainda. Precisamos olhar para os próximos passos.

Há um paradoxo entre liberdade e regulação na internet?

Não, não há contradição. Os governos devem proteger as liberdades fundamentais de seus cidadãos. É seu dever, legal e político. Aí entra a neutralidade da rede. É uma intervenção do Estado para regular o comportamento das companhias que, por interesses particulares, tende a

ameaçar os direitos de seus cidadãos. A liberdade é uma característica cultural, histórica e tecnológica da internet, que foi pensada assim, livre, há 25 anos. Mas, nos últimos 15, as operadoras viram como a tecnologia poderia servir para restringir as liberdades.

O Parlamento europeu rejeitou o projeto Acta em julho. Como você vê a questão do copyright na era digital?

Lutamos por muito tempo contra o Acta, um dos acordos mais escandalosos contra a cultura de compartilhamento na internet. No Brasil, vocês devem compreender essa ideia de cultura, não é? A mistura, o remix, o share é uma expressão cultural. Compartilhar é parte da cultura contemporânea, criada, inovada, recriada. Mas há uma grande indústria, principalmente nos Estados Unidos, que quer impor sua visão de mundo e pôr preço em tudo. Se aprovado, o Acta seria a maior ameaça à liberdade de expressão online, provocando uma incerteza legal para todos. Nem tudo deve estar sob a ordem de uma política capitalista de copyrights. É preciso reelaborar essas ideias, repensar o que seriam direitos autorais no nosso tempo. Na Europa, a campanha contra o Acta mobilizou milhares de cidadãos, pressionando o comitê europeu a rever a questão do copyright. E mais uma vez: talvez Brasil, Equador, Uruguai poderiam ser terrenos mais férteis para essa discussão. Quem sabe um dia os direitos autorais se preocuparão em proteger o autor - e não os interesses mercadológicos das companhias. No fim, acredito que a cultura deva ser livre para ser compartilhada, sem visar ao lucro.

Após a revelação do affair NSA, o Marco Civil considerou exigir que companhias internacionais mantivessem data centers em território nacional.

É complexo. Primeiro, há a questão da jurisdição diante de empresas globais como Google e Facebook, ancoradas em contratos na lei da Califórnia. Não sei se localizar o endereço físico de um servidor é a solução certa, afinal, um cidadão brasileiro poderia ter dados hospedados na Islândia e aí? No fim, a verdadeira questão é que os gigantes - Apple e Microsoft, Google e Facebook - já deram provas de seu estilo: eles fazem o que seus parceiros públicos e privados querem que façam, como mostrou o esquema da NSA. A vigilância global existe sobre tudo e sobre todos, o tempo todo. Que fazer? A essa

altura, é preciso garantir que todo mundo compreenda isso. É preciso se informar sobre isso, para repensar nossa própria relação com a tecnologia: as pessoas estão vidradas no Facebook, fascinadas nas vitrines da Apple e seus produtos “cool”, pensando que isso é ser livre. É? Não. Precisamos compreender que essas ferramentas tão interessantes se tornaram instrumentos de controle e de opressão nas esferas econômica e política. Essa discussão é crucial. Além do Marco Civil, espero que o Brasil viva um esforço político corajoso não só para discutir questões técnicas, mas as tecnologias que deveriam nos permitir ser mais independentes, mais livres, mais plurais.

Como seria uma ‘Constituição’ da internet perfeita? Num mundo ideal, quais seriam nossos direitos? E nossos deveres?

Não tenho certeza se a internet precisa de uma Constituição. Primeiro, isso exigiria um compromisso internacional imenso - e sabemos quão difícil é um consenso internacional e político atualmente. Além disso, não sei se uma nova Carta seria necessária, pois nós já temos um conjunto de princípios universais. É a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que deveria valer no mundo “real” e no mundo digital - quer dizer, como disse antes, é um mundo só. Direitos humanos na sociedade digital, uma capítulo antigo numa sociedade nova. Historicamente, foi um longo caminho para se firmar essa declaração. Ora, opressão e exploração também existem no mundo online. Assim, a defesa da humanidade também deveria ser pensada nessa esfera.

Que futuro você imagina para a internet?

Não posso ler o futuro, mas posso tentar ler o presente. O que inventamos na internet - novas formas de organização e de interação, novas formas de trabalho e de solidariedade - é muito poderoso. O poder econômico e político não pode destruir isso. Esse é o lado mais interessante da tecnologia: sua relação com o humano, com a liberdade humana nas dimensões cultural, intelectual, social. Se a internet for esmagada por esses poderes, o mundo inteiro será também. Quero acreditar que os seres humanos sejam mais inteligentes que isso. Sei que se nos organizarmos e se discutirmos essas

questões que impactam em nossas vidas a história será outra. Em diversos países e diferentes contextos, as manifestações dos últimos tempos mostraram que as pessoas podem se organizar, enfrentar ditadores, chacoalhar a geopolítica, exigir direitos democráticos, confrontar a indústria, direcionar tempo e energia para defender seus ideais. Não quero pensar a tecnologia por parâmetros econômicos ou técnicos, mas em termos de sentimento e de humanidade.

Acesse o PDF: [América Latina é terreno fértil para discussões iniciais, porém vibrantes, sobre os direitos e liberdades fundamentais na web', diz ativista francês](#)

23 países da AL e Caribe reafirmam compromisso com enfrentamento ao racismo

(Portal da Seppir, 24/03/2014) Em reunião realizada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Ministério das Relações Exteriores nos últimos dias 20 e 21, em Brasília, representantes de 23 governos latino-americanos e caribenhos, da ONU, e de organizações da sociedade civil construíram um documento com propostas para o planejamento da Década dos Afrodescendentes, estabelecido pelas Nações Unidas (ONU) a partir de 2015.

A proposta, que será encaminhada para a presidência da CELAC - Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, expressa a posição comum do Grupo Latino-americano e Caribenho (GRULAC) e de

outros fóruns multilaterais para as negociações junto à ONU no planejamento do decênio. A América Latina e o Caribe têm a maior população de afrodescendentes do mundo, estimada em cerca de 200 milhões de pessoas.

“Os países queriam ter uma oportunidade para discutir sobre a década dos afrodescendentes, e, nesse sentido, trouxeram contribuições muito importantes. Tiramos um documento final que reafirma todas as definições da declaração e do programa de ação de Durban, considerado por todos o documento mais importante e compreensivo sobre a questão do racismo e dos afrodescendentes no mundo”, explica a ministra da Igualdade Racial do Brasil, Luiza Bairros, referindo-se à III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul, em 2001.

O documento de Brasília recomenda estratégias internacionais, regionais e nacionais para promover a inclusão e superar o racismo, a discriminação racial e a xenofobia. Os países se comprometeram em combater toda forma de exclusão e marginalização dos afrodescendentes, causas fundamentais e fatores agravantes da discriminação.

Para o representante do governo da Colômbia, Moisés Medrano, o decênio representa uma oportunidade única de mostrar ao mundo a participação histórica e atual dos afrodescendentes. “É também uma ocasião para que os governos revisem quais são as suas políticas e como estas têm que incluir, reconhecer e garantir justiça e chance de desenvolvimento à população, que tradicionalmente tem estado na última fila das políticas públicas em geral”, destacou Medrano, diretor de Povos do Ministério da Cultura do seu país.

Fórum de direitos

Entre as ações específicas apresentadas no documento estão o apoio à criação de um Fórum de Direitos dos Afrodescendentes na ONU; a elaboração de uma Declaração de Direitos das Pessoas Afrodescendentes (propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho sobre Afrodescendentes do Conselho de Direitos Humanos da ONU); e a ratificação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

Os Estados se comprometeram ainda em ampliar e aprofundar a coordenação regional na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial, tanto na CELAC quanto em outros fóruns regionais como a União das Nações Sul-americanas (UNASUR) e o Mercosul.

“Depois de Durban, esta reunião foi necessária para que a nossa região se reúna e apresente na próxima Conferência a nossa visão sobre o que está acontecendo, e sobre como internacionalmente podemos ter participação no desenvolvimento dos povos afrodescendentes e políticas de reparação. Tudo isso foi debatido para que a voz dos latino-americanos e caribenhos afrodescendentes seja ouvida internacionalmente”, disse Roger Samuel, Ministro da Diversidade e da Integração Social de Trinidad e Tobago, Caribe.

Estiveram representados na reunião Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

O resultado da reunião será apresentado à presidência, à Troika e aos Conselheiros da CELAC, que possui um grupo de trabalho para desenvolver o plano de ação para a Década.

Direitos dos afrodescendentes e diversidade

Os direitos à liberdade da prática das religiões africanas, à cultura e identidade afrodescendente, assim como as garantias a sua participação igualitária na vida econômica, social e política foram reafirmados pelos representantes de Estado, que destacaram ainda a importância histórica da participação dos afrodescendentes na formação social, cultural, religiosa, política e econômica da região latino-americana e caribenha. Os representantes também se comprometeram em combater toda forma de exclusão e marginalização dos afrodescendentes.

O encontro possibilitou intensa troca de conhecimento sobre a situação dos povos da região. Durante os dois dias foram ouvidos testemunhos de representantes de governos e da sociedade civil sobre o histórico de luta pela igualdade racial e suas especificidades em cada país, como por exemplo, da

Argentina, que em abril de 2013 aprovou a lei que institui o “Dia Nacional das e dos Afro-argentinos/as e da Cultura Afro”, Lei nº 26.852, e na Guatemala, que possui a maioria de sua população de origem indígena.

Explicando a situação argentina, onde há uma dificuldade histórica no reconhecimento da população afrodescendente, a militante Maria Gabriela Perez, da Associação Movimento Afrocultural de Buenos Aires, falou sobre a importância histórica da criação da data, considerada por ela o possível início de um reconhecimento da população afro-argentina.

“Durante muitos anos não se reconheceu, esconderam a nossa história. Não reconheceram sequer as raízes originárias africanas em nosso país. Se contou a história de modo tergiversado, e, por isso, é muito importante tudo que se está trabalhando nesse momento a partir do Estado e também o que propõe esta lei. Afinal, além da questão simbólica é importante que sejamos reconhecidos pelo Estado”, explicou.

Já o embaixador da Guatemala no Brasil, falou sobre a relevância do decênio para o seu país. “Para nós, a Década dos Afrodescendentes significa um reconhecimento e apoio à multietnicidade dos países multi-linguistas. A maioria em nossa Guatemala é descendente de indígenas, então, para a política de nosso país, e para o desenvolvimento social, é importante estar alinhados com qualquer movimento que apóie a eliminação da discriminação”, destacou Julio Martini.

A reunião possibilitou ainda, durante o encontro, o resgate das principais propostas do programa de ação elaborado pelo Grupo de Trabalho da ONU sobre Afrodescendentes, que inclui, entre outros, a adoção de medidas especiais e ações afirmativas para reduzir as diferenças resultantes de circunstâncias históricas, e o compromisso dos Estados em adotar e implementar leis, políticas e programas que assegurem uma proteção efetiva dos afrodescendentes sujeitos à discriminação por razão de seu sexo, idioma, religião, opinião política.

No debate acerca das metas para o desenvolvimento das ações do decênio, o grupo destacou as propostas de criação de um Observatório de Dados Estatísticos sobre os Afrodescendentes na América Latina e no Caribe, de um

Centro de Memória Histórica da região, assim como de um Fundo Ibero-americano em Benefício dos Afrodescendentes, todas apresentadas no Encontro Ibero-americano de Alto nível em Comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes - AFRO XXI, realizado em Salvador, Bahia, em 2011.

A reunião em Brasília

A reunião regional foi realizada em comemoração ao Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial e aos 11 anos da SEPPIR. “É muito importante para nós que essa celebração se desse com um trabalho que abre uma perspectiva importante para a nossa atuação, e, de certa forma, retoma o protagonismo do Brasil no debate sobre a questão do racismo e a promoção da igualdade racial no plano regional”, destacou Bairros.

Walter Robson, Co-presidente da Comissão Nacional Afro-Costariquenha, destacou a importância da ação brasileira no cenário latino-americano. “É muito importante o papel do Brasil na Década dos Afrodescendentes, pelas tarefas que tem feito, inclusive com esta convocação em que reúne a todos os países do continente para ter uma só posição. Nós, em Costa Rica, estamos muito comprometidos com o Brasil neste tema e em outros”, destacou.

Na mesa de encerramento, ministro interino das Relações Exteriores, Eduardo dos Santos, disse que o governo brasileiro seguirá comprometido com a promoção da igualdade racial em todos os fóruns internacionais e que o trabalho desenvolvido na reunião de Brasília contribuirá para o êxito das negociações em Genebra. “A profusão de propostas revela convergências dos povos latino-americanos e caribenhos diante dos desafios para a superação das marcas da escravidão em nossa sociedade. Vamos trabalhar para transformar em realidade este consenso aqui alcançado. A luta contra o racismo constitui uma condição inescapável para a promoção de todos os direitos humanos e para o pleno respeito à dignidade das pessoas em nossa região”, finalizou.

Apoio aos países Caribenhos

O documento final trouxe ainda o apoio do grupo de países participantes à proposta da Caricom - Comunidade do Caribe, que pede indenização de

países europeus devido à escravatura no período colonial. De acordo com o documento, a escravatura é considerada a raiz dos problemas socioeconômicos da região.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR

Acesse no site de origem: [Vinte e três países da América Latina e Caribe reafirmam compromisso com a pauta do combate ao racismo e à discriminação racial e planejam a Década dos Afrodescendentes \(Portal da Seppir, 24/03/2014\)](#)